

39º Encontro Anual da ANPOCS

SPG20 - Sexualidade e gênero: espacialidade e relações de poder em diferentes escalas do urbano

Acessando o “Feirão”: trajetórias socioespacialmente interseccionadas por raça, sexualidade e gênero¹

Bruno dos Santos Hammes- brunohammes@hotmail.com

Mestre em Antropologia Social (PPGAS/UFG)

Resumo

Este artigo representa um esforço de síntese de pontos discutidos em minha dissertação de mestrado em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás (PPGAS/UFG). Nele busco articular certa discussão relativa à etnografia do/no Feirão do Chope, bar situado em uma região periférica da cidade e Goiânia. Em especial busco visibilizar alguns dados produzidos que permitem um exercício analítico que intersecciona alguns marcadores sociais da diferença, em especial gênero, sexualidade e raça/etnia, pinçando, para tanto, as discussões relativas à categoria êmica “cafuçu” e algumas problematizações.

Acessando o “Feirão”

A cidade é Goiânia, capital do Estado de Goiás, região centro-oeste do Brasil. Distante 209 quilômetros de Brasília (DF) e com área aproximada de 740 quilômetros

¹ Gostaria de registrar o apoio financeiro, através de bolsa de pesquisa de pós-graduação concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) que permitiu a realização da pesquisa de dissertação da qual se origina esta comunicação.

quadrados. Meu destino é o “Chácara 12 Eventos” situado na Avenida Anhanguera, Estação Cascavel – setor Aeroviário, sentido Terminal do DERGO².

Este bar, cujo proprietário, João Mercês, ou Joãozinho Mercês, na intimidade que ele mesmo inspira a todos os visitantes e frequentadores, mantém desde 1984. De início, situava-se no cruzamento das ruas 4 e 24, no centro de Goiânia, endereço onde permaneceu por vinte anos e também foi atribuído o apelido/nome de “Feirão do *Chopp*” ou simplesmente “Feirão”, já que o bar ainda não tinha um “nome”. Este se deve, obviamente, a duas referências que serviram de base: a primeira deriva do fato de o comércio ter começado a funcionar com instalações no sistema de tendas (que inclusive mantêm até hoje), bem característico à maneira como se organizam as unidades de comércio de uma feira livre; a segunda tem relação com aquele produto que se configurou, naquele momento, como carro chefe do bar: o *chopp*, de fabricação própria.

Por estar situado na região oeste da cidade, limiar com a região central e seu intenso comércio popular, é notório um grande movimento de pessoas circulando no horário comercial nesta região. O que muda bastante durante a noite que é quando pode se notar a diminuição no volume de pessoas circulando. Outra diferença diz respeito ao fato de à noite haver outro tipo de comércio, o da prostituição, que se instala e se utiliza dos espaços, ruas, marquises e construções principalmente, mas não somente, aquelas que são abandonadas ou mal iluminadas. Assim, o ambiente pouco convidativo, garante, de certa forma, a “segurança” de clientes e profissionais, e mantém afastados a maioria dos curiosos amedrontados ou temerosos dos “perigos” escondidos sob o breu da noite carente de iluminação pública.

Acerca da noite, enquanto recorte de campo etnográfico, Larissa Pelúcio (2005) se configura para nós como um interessante exemplo não só de pesquisa propriamente dita, mas também de notas metodológicas que apresentam interessantes reflexões para entrar (e sair) do campo de pesquisa quando este envolve a “noite” como dimensão contextual. No oportuno trabalho em questão a autora trata de algumas dinâmicas vividas por travestis “na pista”, termo utilizado por elas para se referir aos momentos de trabalho, e conclui que “a ‘noite’, como uma temporalidade abstrata, na qual há espaço para a transgressão e sedução, é cheia de códigos e regras e as travestis aprendem logo” (IDEM,

² Segundo Miranda (2011), o nome do Terminal de passageiros, no setor Aeroviário, se deve a este, Departamento Estadual de Rodagem do Estado de Goiás (DERGO), ser o único órgão público de relevância que havia no setor, servindo de referência para tudo.

p. 247), o que refuta possíveis hipóteses que preterem tal temporalidade não percebendo ou não reconhecendo suas instigantes particularidades e sociabilidades como fecundo campo de pesquisas em potencial.

A diferença está no mundo gay?

Se a diferença está no mundo gay, apresenta-se de forma singular e multifacetada. (FRANÇA, 2012, p.17).

Ao se tomar a “diferença” como premissa constitutiva do ‘mundo gay’, instaura-se a possibilidade de percorrer uma linha investigativa, que se opõe a uma ideia de senso comum consolidada por algumas das imagens exploradas pelo mercado em relação a este ‘universo’, através das quais, este é colocado como extremamente ‘festivo’ e igualitário. As mesmas contribuem para reforçar uma aura de ‘alegria’ atribuída, principalmente aos homens *gays*. Ideia esta, percebida inclusive, na origem inglesa da palavra, que se atualiza de várias formas no português entre elas “rapaz alegre”.

Tal imagem acabou por consolidar um ideal de *gay* e de comunidade, através da qual a ‘situação de opressão’ vivenciada, garantiria uma “consciência” da causa do preconceito, por meio da qual os sujeitos se vigiarão de modo a não replicar as discriminações sofridas e, pelo contrário, estas pessoas se comportarão refratando e não reproduzindo as opressões e discriminações das quais eram alvo por meio da “alegria”, “festividade” e “igualdade”.

Essa ideia, muito razoável, que reveste a(s) vivência(s) da homossexualidade(s), mas especificamente as discriminações que dela(s) decorrem, de certa aversão ou sensibilização em prol da não discriminação, com certeza foi premissa de muitos trabalhos e investigações preocupadas com foco de pesquisa na intersecção sociabilidade/sexualidade. A esperança na confirmação que levaria à suposição de tal hipótese talvez se devesse ao fato de que, uma vez confirmada, esta apontaria para uma solução possível que levasse à superação deste e de outros problemas sociais, não só as discriminações por orientação sexual, mas também outras como, por exemplo, o racismo e a misoginia.

Tal ideal, um tanto altruísta, poderia inclusive ser a hipótese deste trabalho se não fossem as contribuições das leituras feitas. Destaco aqui aquela realizada de França (2012), que nos chamou atenção e foi suficientemente instigante para continuar perseguindo a ideia e as escolhas feitas na concepção deste trabalho. De modo que, ainda corroborando com a autora, acreditamos que produzir uma investigação no “Feirão”, pode atuar visibilizando uma dentre as realidades sociais “singulares³” onde opera a “diferença”. Acreditando ainda que se possa com a mesma, contribuir com a desmistificação de algumas das ideias de senso comum, a respeito do chamado ‘mundo (ou mundos) *gay(s)*’ apresentado(s) e das práticas de consumo nele imiscuídas.

Assim, tem-se que, mesmo que gênero, sexualidade e mercado GLS⁴ sejam campos marginalizados de pesquisas, este último, de uma forma geral, vem recebendo algum tratamento investigativo⁵. Ainda assim, muitas vezes as opções por lugares de [homo]sociabilidade⁶ como recorte de pesquisa têm privilegiado os locais mais ‘elitizados’ ou mais ‘badalados’ dentro deste mercado voltado a este público em específico, gerando algum descompasso que acaba por privilegiar apenas uma das partes deste grande nicho de mercado.

O que implica em dizer que boa parcela das pesquisas preocupadas em analisar as dinâmicas em locais do mercado GLS acaba, intencionalmente ou não, se dando nos locais mais abastados. Desdobra-se da detecção deste certo descompasso, em decorrência de se privilegiar determinada categoria de boate e público, duas coisas. A primeira tem a ver com a necessidade que se detectou inclinando-nos para a realização de uma pesquisa de sociabilidades homoeróticas em um bar de/na “periferia”. A segunda, uma opção de recorte de pesquisa cujo enfoque analítico esteve pautado pela/na interseccionalidade.

³ Ainda com inspiração em França (2012), também corroboramos com a ideia de que a “diferença”, enquanto categoria social, também se operacionaliza de maneiras distintas em “realidades singulares”.

⁴ O que chamamos hoje de mercado GLS (Gays, Lésbicas e simpatizantes), no Brasil, teve sua gênese na cidade de São Paulo na década de 1960, com abertura de boates declaradamente destinadas ao “cliente homossexual”, que conforme apontado por MacRae (2005; p. 292), “procurava locais de encontro onde houvesse maior segurança contra ataques policiais ou de bandidos”. Mas devemos pontuar que a categoria ganhou dimensão por ocasião do Festival MixBrasil, de cinema “alternativo”, que ocorrerá em 1994. E ainda frisar que paralelamente a esta afirmação de um mercado econômico ganhou força a atuação política de sujeitos organizados em grupos que buscavam assegurar direitos à identidades e subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Assim, em suma, é preciso ter em mente que tal distinção entre GLS e LGBT, busca assegurar a distinção entre mercado e movimento social, a priori.

⁵ No que tange a produção acerca do Mercado GLS em Goiânia podemos assinalar: Neiva (2014); Silveira (2014); Sousa (2005).

⁶ Grafado propositalmente em destaque para fazer referência à noção de sociabilidade presente na obra de Georg Simmel, sem com isso deixar de fazer alusão à especificidade do contexto das homossexualidades.

“Fora do lugar”: notas antropológicas sobre experiências lugarizadas

Assim, em uma realidade de pesquisa na qual se justapõem a estigmatização construída em relação ao lugar, com aquele estereótipo produzido de um “sujeito do lugar⁷”, suas características e gostos se tornam tão “perigosos” e imorais e exotizados quanto for necessário para que sejam mantidos estigmatizados por conta dos preconceitos em relação à raça, orientação sexual e etc. É, através destas imagens que, se delineiam os limites e as definições, através das quais, a noção de periferia, e suas paisagens, são naturalizadas e incorporadas ao imaginário de senso comum. Revelando, assim, a estreita interligação com a realidade das classes sociais e econômicas na replicação do modelo: centro *x* periferia.

Assim, a razão para escolher trabalhar com um lugar marginalizado, está justamente em buscar resgatar a associação artificial entre “periferia” e “negritude”, que naturaliza os locais “de baixa renda”, afastados e estigmatizados econômica e socialmente, como “lugar de negro”. Expressão que inclusive dá nome a um trabalho que tem como uma de suas importâncias visibilizar e enfatizar a manutenção de uma condição social e historicamente condicionada e perpetuada.

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, em sua obra *Lugar de Negro* (1982, p.15), apontam que

Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômicas no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

De modo que estes lugares são assim chamados por terem uma composição populacional com maior presença negra, realidade que se justifica pela constatação de

⁷ Exemplificam essa “criação” de sujeitos do lugar, a insistência em haver sujeitos “favelados”, ou “suburbanos”, imagens que são reiteradas no intuito de reforçar uma hipótese de que existem diferenças significativas e condicionadas pelo lugar entre eles (marginais) e nós (do centro), que nada mais é do que um exemplo de certo essencialismo.

que há superposição entre raça e classe no Brasil. Análises mais recentes, como em Alex Ratts (2011, p.2), interpretam como “um dualismo por vezes muito esquemático, mas didático e analítico”, a distinção que Lélia Gonzalez faz entre “lugares de branco” e “lugares de negro”. Embora hoje autores/as compreendam a intencionalidade à época da produção do trabalho de delatar o hiato de uma sociedade muito mais segregada que hoje, se tem acreditado que essas divisões duais não se mantêm exatamente assim, haja vista os movimentos de ascensão social/econômica de alguns/algumas negros/as, bem como a existência de brancos/as pobres.

Nesse sentido, ao me deparar com as sociabilidades no “Feirão”, eu lidei analiticamente com as discussões contemporâneas em torno das interseccionalidades, como podemos aludir à produção brasileira (PINHO, 2008; PISCITELLI, 2008; RATTS, 2011). Estes autores, ao cruzarem a questão da sexualidade, do gênero, da raça e da classe, trouxeram a dimensão da indissociabilidade destes marcadores na produção de uma análise densa tal qual prima Kimberlé Crenshaw (2002), a qual nos aponta que é possível perceber os efeitos dessas marcas na construção social dos indivíduos e de suas experiências.

Tal percepção e desafio se tornam interessantes para esta pesquisa uma vez que a realizei em um estabelecimento que tem como marca, simultaneamente, estereótipos relacionados às homossexualidades, à classe, ao gênero, à raça e região geográfica de origem, bem como ao rótulo genérico de “periferia” e da prostituição histórica nas imediações do DERGO. O que nos permite realizar um esforço analítico da apreensão da intersecção dos marcadores sociais da diferença na construção das redes de sociabilidades que se localizam ou atravessam o Feirão.

Segundo Ratts (2011: p.2) a categoria lugar indica, numa abordagem da geografia crítica, o espaço, seja qual for a escala, em que o indivíduo se reconhece em relação com o local, “que por sua vez, pode ser a rua, a praça, o bairro, a pequena cidade ou, para alguns autores, a cidade, a região, ou a nação”. Desse modo, completamente a esta noção do reconhecimento, trago a contribuição de Cirqueira (2010: p.45), a respeito da forma diferenciada pela qual negros/as vivenciam os lugares.

Acreditamos que o racismo influencia na constituição dos lugares, uma vez que é aí onde o corpo negro está, é percebido/percebe, é significado/significa e é colocado em encontro/confronto. Em linhas gerais, é no lugar onde convergem as experiências e vivências determinadas pelo racismo, que atuam

como fator influenciador em experiências⁸ topofóbicas e topofílicas desenvolvidas pelos indivíduos. Apesar de negros/as vivenciarem o “lugar” de forma diferencial, há uma unidade na experiência grupal destes no espaço; apesar de possuírem espacialidades – diríamos “lugaridades” – diferenciadas, percebemos que as experiências sociais/raciais destes possuem algumas semelhanças.

Esta noção é ao mesmo tempo elucidativa, pois evidencia as situações de preconceito de uma dada vivência, mas também é provocada aqui visto que acreditamos haver um potencial ainda não explorado relativo à influência de preconceitos nas trajetórias e nos deslocamentos das pessoas pelos espaços.

Primeiro, elucidada ao mostrar que estes corpos são percebidos e percebem os espaços de maneiras distintas, e estas distintas percepções é o que atribui ao espaço a condição [social] de lugar, criando com ele relações de aversão ou pertença, respectivamente implicadas em topofobia e topofilia. Dito de outra maneira, as experiências sociais nos lugares repercutem na maneira como os corpos se movimentam no espaço, o que nos leva a problematizar o ideal republicano de “liberdade de ir e vir”, uma vez que os sujeitos, a partir de tais experiências, passam a ser coibidos ou intimidados [de maneira velada ou direta] a não transitar⁹ por determinados espaços.

Há de se acrescentar que a maneira como se dá esta apreensão sempre é relacional (distinta e/ou semelhante), mas sempre tendo como parâmetro os sujeitos na/da norma, ou seja, homens, brancos, heterossexuais e cristãos. O que nos chama atenção para o segundo ponto que é justamente a possibilidade de pensar a interferência dos processos discriminatórios influenciarem as relações que os sujeitos estabelecem com os espaços.

Logo, temos que a aparente arbitrariedade na noção de lugar (de negro), está totalmente atravessada por relações de poder e estas também são “lugarizadas”, ou seja, a manifestação do preconceito, no caso o racismo, se dá por meio do processo que Cirqueira (2010) chamou de “topofobia”, ou seja, experiências (próprias ou socializadas

⁸ Tais experiências, a saber: topofóbicas e topofílicas, dizem respeito respectivamente, aquelas que delimitam os lugares, “simbólicos e físicos, nos quais estes corpos/sujeitos não podem transitar ou não podem estar” e “nos quais estes corpos/sujeitos podem (ou devem) transitar ou podem (ou devem) estar”. Em suma tem a ver com os lugares nos quais determinados corpos, por força das experiências de “deslocamento” e “pertencimento”, respectivamente, ou não serão tolerados ou serão bem-vindos, respectivamente.

⁹ Infelizmente não poderemos nos ater a esta dimensão dos trânsitos permitidos a negros e negras, mas gostaria de pontuar aqui um dos exemplos mais clássicos e simbólicos desta situação, pois todos/as ou quase todos/as negros tem uma experiência de terem sido indicados a usar o elevador “de serviço” ao invés do elevador “social”, apenas por conta do tom da pele.

por terceiros) a partir das quais se delimitam lugares, simbólicos e/ou físicos, por onde estes sujeitos podem ou não transitar/estar.

Sendo as experiências sociais e culturais múltiplas, a provocação se dá de maneira a instigar a reflexão de que a palavra “negros” poderia ser substituída no texto por uma série de outras que remetem a categorias identitárias marginalizadas tal como a de *gays*, lésbicas, travestis. Avançando na complexidade, estas também poderiam ser interseccionadas por essa marca social da diferença, ou seja, travesti negra, *gay* branco e etc., evidenciando um corolário de pertencimentos a serem acionados distintamente, também de maneira relacional e contextual. O diferencial em nossa abordagem é a ênfase que se dá ao fato de que as hierarquias sociais provenientes do juízo de valores estão suscetíveis não apenas às relações sociais como também sempre estão inscritas no espaço: “lugarizadas” ou “territorializadas”.

No que tange esta experiência lugarizada, Gayle Rubin (2003), que se debruçou sobre o que chamou de “essencialismo sexual” e denunciou certo sistema hierárquico de valor sexual, pautado no plano das relações sociais, trouxe um exemplo que, mesmo não tendo a pretensão¹⁰ de dar conta da variável lugar aponta que,

Casais estáveis, de lésbicas e de *gays* estão próximos da respeitabilidade, mas de lésbicas de bares e homossexuais promíscuos estão pouco acima de grupos da parte mais baixa da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas atualmente são os transexuais, os travestis, os fetichistas, os sadomasoquistas, os trabalhadores do sexo, como prostitutas e modelos pornô e, abaixo de todos os outros, aqueles cujo erotismo ultrapassa as fronteiras das gerações. (RUBIN, 2003, p. 22).

Assim, a percepção de que tal estrutura em níveis hierárquicos sofisticada a noção de divisão binária dos sexos, nos faz perceber ainda que, a disposição de “lésbicas de bares” junto com “homossexuais promíscuos” em um patamar específico e inferior à casais homossexuais pode ter articulação com a dimensão espacial do lugar. Assim, a hipótese é de que um dos motivos de estarem nos degraus mais baixos, “pouco acima da base da pirâmide sexual”, também teria a ver com o fato de estarem “fora do lugar”

¹⁰ Como anunciado acima, a preocupação da autora neste texto era de se debruçar sobre o “lugar” social da sexualidade e do erotismo numa perspectiva histórica. Revelando seus atritos e relações com a moral através dos últimos séculos (desde o século XVIII). Assim, a atenção da autora se revela macro e não micro/lugarizada, embora seus exemplos aludem a esta dimensão.

possível e designado para demonstração deste tipo de desejo e afeto, que seria o âmbito privado e não “nos bares”, que aludem a um espaço mais “público”.

O lugar do corpo: por uma antropologia do lugar

Ainda tratando do sistema de hierarquizações que torna a “diferença” valorada ou não, temos que, dentro (ou fora) do “Feirão”, as pessoas podem acionar seletivamente características, preferências e gostos que julguem importantes para defini-las. Tem-se ainda que tal acionamento se dê de maneira contextual, assim, aqueles atributos pinçados (naquele momento específico) por sua positividade, podem não o ser dali a alguns instantes.

A respeito deste caráter eletivo pelo qual os sujeitos acionam marcas, Campbell (2006), numa coletânea sobre estudos do consumo, em seu trabalho a respeito das maneiras como as pessoas se definem nos anúncios amorosos em sessões de jornais, diz que

O que considero bastante interessante nesses anúncios é que os indivíduos se autodefinem – isto é, especificam o que consideram sua identidade essencial – quase sempre exclusivamente em termos de seus gostos e desejos. Bem, diria que isso é o que sentimos que nos define mais claramente do que qualquer outra coisa. Quando se trata da questão crucial de nossa ‘real’ identidade, aí efetivamente consideramos **que somos definidos por nossos desejos, ou por nossas preferências**. (CAMPBELL, 2006, p. 51/52, grifo meu).

Ao tratar da autodefinição dos sujeitos em termos dos gostos, Campbell (2006) interessa-se, assim, em tratar da maneira através da qual, na atualidade, os indivíduos vêm acionando determinadas preferências (gostos) com tal finalidade. Percebemos, então, que a ideia de “usos sociais dos bens” pode ser articulada aqui no intuito de contribuir e tornar possível o acesso a uma dimensão, que podemos definir como ‘criativa’ de tal acionamento. A mesma perpassa não só a instauração de tais “usos” como também garante que se interpretem tais gostos em cada contexto, possibilitando valorá-los localmente, inclusive, em detrimento de certas normas.

Um, dentre os vários exemplos que o campo nos traz diz respeito justamente à localização do “Feirão”. Por estar na região oeste da cidade, contraria o glamour das boates e “noitadas” na região mais “valorizada” da cidade como o Setor Marista e o Setor Bueno¹¹.

Advoga-se, assim, que tal capacidade ‘criativa’ seja o fio condutor que possibilita que se entenda como ‘sociais’ não só as relações entre humanos (*stricto sensu*), como também a relação com os corpos (o próprio e o dos outros). Na análise desenvolvida por Le Breton (2003), o mesmo corrobora com a ideia de desnaturalização da própria noção de corpo. Perspectiva que converge, em alguma medida, para a [in]corporação de elementos ou tecnologias alterando a anatomia contribuindo para a relativização de seus limites.

Contudo, converge-se aqui para acrescentar a esta lista o que podemos chamar de “desnaturalização do lugar e do espaço”, que, embora seja mais comumente apropriada por uma abordagem dita “cultural” da Geografia, como em Cirqueira (2010), também é apropriada em abordagens como a de Ratts (2011), e diz respeito às afinidades e relações estabelecidas com o lugar. Tal apropriação torna possível assim o que vem sendo chamado de uma antropologia (dita) do lugar.

Desse modo, o interesse em compreender um espaço de sociabilidade noturna que consegue oferecer uma alternativa de lazer barato, implica em se estabelecer a busca por entender como e quais seriam os marcadores sociais da diferença acionados pelos sujeitos, a partir de seus repertórios sobre si (e sobre os outros) para se definir. Sem deixar de notar com isso que para fazê-lo também são acionadas suas relações com os “lugares¹²” de afinidade. Ou seja, procura-se assim entender como a “diferença” e o “pertencimento” atuam na produção das subjetividades, valores e gostos, bem como o compartilhamento ou socialização intragrupo(s) das mesmas.

Ao se propor a fazer esta indagação, num espaço inserido numa realidade socioeconômica como a que circunda o “Feirão”, problematiza-se então uma ideia de

¹¹ Marista e Bueno são setores elitizados da capital, região sul da cidade, onde moram as pessoas com maior poder aquisitivo, o que atrai para essa região empreendimentos de lazer e diversão como shoppings centers, bares e boates. Por esses e outros motivos, esta região torna-se cobiçada por moradores de todas as regiões da cidade que querem se divertir e flertar.

¹² Lugares que naquela região da cidade, acaba se tornando o único espaço possível (único lugar), para toda ou para boa parte de uma população interessada em diversão, paquera e em conhecer outras pessoas e que deseja fazer isso aos finais de semana e em horários de folga destinados ao lazer.

senso comum de que o poder aquisitivo/econômico seria a única¹³ causa capaz de criar a desigualdade e instalar/instaurar a “diferença”. Problemática decorrente da circulação, nas sociedades capitalistas, de uma ideia de que a detenção ou não das fontes de produção de riqueza seja a única fonte de toda desigualdade.

“Vai lá dentro pra ver o que acontece no escuro”..

Por seu caráter contextual, a diferença se operacionaliza de distintas maneiras, em cada situação. Uma que eu pude apreender nesta pesquisa tem a ver com certa segregação que acaba por criar¹⁴ “territorialidades” dentro do espaço do “Feirão”. A mesma revela assim uma dinâmica dos usos do espaço diferente daquela prescrita na concepção do espaço feita pelo dono. Pois se pensarmos o espaço do bar como em disputa pelo seu uso remeter-nos-íamos à noção de “território”. Rogério Haesbaert (2007: 20) remetendo a taxonomia da palavra afirma que

O território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar.

Assim, para além da acepção *tradicional* imbricada em poder político, pensaríamos em uma relação, hierarquizada e permeada pelo valor de troca. Em especial, muito nos ajudaria entender estes usos e esse tratamento dado ao espaço do bar, aquela noção implícita decorrente do valor simbólico desse poder, enquanto uma forma de apropriação. De modo que podemos perceber que de fato e apesar de “aberto ao público”, cada centímetro é disputado, seja o melhor lugar para dançar, ou o mais escondido para

¹³ Munanga (2012), ao se debruçar sobre uma apreensão da categoria “negritude”, destaca que “alguns autores, subestimam a importância do fator racial inerente ao conceito”, preferindo assim, “atribuir-lhe o significado sociocultural de classe”. Assim, nuançamos aqui esta passagem para justamente dar sustentação a hipótese de que, no Brasil, apesar da comum sobreposição entre raça e classe, dadas as especificidades do processo de colonização e abolição da escravatura, ainda assim no que tange ao sistema de opressões temos que existem especificidades que não podem ser tratadas como única e exclusivamente econômicas.

¹⁴ Cabe salientar que a afirmação da intencionalidade está, para mim, em suspeição, dada sua difícil aferição.

poder não ser visto. Nos termos de tal dominação e das relações simbólicas com o vivido, a primeira acepção apresentada acima possibilita uma leitura do território interessante e

Ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/ sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades. (Idem, p. 21).

Dessa maneira, entende-se que o “Feirão” encerra e se insere em uma série de territorialidades¹⁵, ou melhor, multiterritorialidades. E tal qual nos permite entender Haesbaert (2007), o Feirão também não se apresenta de maneira unifuncional. Pois, como já mencionado antes, são múltiplos os usos do espaço, variando inclusive daquele dito saudável que inclui o flerte, bate-papo e consumo dos produtos entre eles, o *chope*.

Para que o espaço funcione minimamente como o “planejado” pelo dono, algumas divisões se deram *a priori* e necessitaram, por isso serem demarcadas com barreiras físicas: muros, paredes ou sinalizações como placas (indicando a saída, o caixa e etc.). Outras se estabelecem pelo uso do espaço físico, e são estabelecidas pela experimentação do mesmo, se dando de maneira tão eficaz a ponto de não necessitarem de demarcações¹⁶, como as que já apontamos anteriormente.

É o caso, por exemplo, do território do “lado de dentro”, da pista de dança, onde não é preciso que se erija nenhuma barreira física nem sinalização, como as placas de banheiros, por exemplo, para que a ocupação da mesma siga certa ordenação: no centro aqueles e aquelas interessadas(os) em dançar, na parte próxima às paredes e circundando a pista, aqueles interessados em apenas observar ou constrangidos a não dançar.

Ainda em relação à possibilidade de dançar, ou o “lugar para dançar”, o ambiente da pista de dança parece mesmo dizer algo para os sujeitos, pois quando é anunciado o fim ou a pausa na atração que está se apresentando ao vivo e é aberta a pista, uma espécie de frisson toma conta de alguns rapazes, que se deslocam rapidamente para o centro da

¹⁵ “A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas ‘algo abstrato’, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural” Haesbaert (2007, p.25).

¹⁶ A demarcação destes espaços se dá de maneira simbólica. Sua demarcação é transmitida e entendida pelas relações sociais. Cabendo a alguns dizer aos outros, o que podem e aonde podem ou não estar. Ainda o constrangimento de estar “fora do lugar” contribui para tal fim.

pista como se tomassem lugar numa marcação coreográfica. Tal percepção de que parece haver algo de diferente ali não é exclusiva minha. Certa vez um interlocutor me alertou dizendo, “você precisa ir lá dentro para ver o que acontece no escuro”.

De maneira geral, é possível supor que a percepção destas distintas *performances*, na dança e de gênero, se dê em decorrência da presença não só de *gays*, mas também de “cafuçus”. Categoria êmica utilizada por grande parte da “comunidade *gay*” para designar homens, que em termos macro-sociológicos, em sua grande maioria são moradores da periferia das cidades, e que, por conseguinte, também são trabalhadores assalariados e em situação de baixa escolarização ocupando posições que não exigem muito estudo e instrução formal, geralmente sendo pedreiros, ambulantes e afins.

No que tange ao pertencimento racial podemos classificá-los majoritariamente como, negros, pardos ou pretos. Assim, por conta da conotação destes atributos, há de se perceber que estes não são acionados no intuito de uma auto-identificação requerida e sim uma identidade atribuída, uma vez que revela e remete às condições materiais e econômicas desfavoráveis.

“Cafuçus”: corpo, fetiche, interseccionalidades e poder

Com relação à referida categoria é preciso frisar que seu uso/ significado não se restringe ao “Feirão”, tendo sido evocado em outras situações sociais e captadas por mim em outros contextos. Sua origem inclusive, ao menos pelo que pude apreender, remete ao Estado da Paraíba, mais especificamente à região de João Pessoa, onde existe um bloco carnavalesco de mesmo nome. Nesta cidade, o termo é mais conhecido e utilizado por distintos grupos para designar algo “brega” ou cafona. Aqui, a especificidade se dá porque dadas as características apontadas, que remetem à masculinidade viril, os mesmos não transitam, ao menos no âmbito do mercado goiano, em espaços com um tipo de público como este.

De maneira que os “cafuçus” seriam indivíduos fetichizados, entre outros motivos, pela ambígua relação de proximidade, pois compõem a paisagem da vida cotidiana das cidades ao mesmo tempo em que, por ocasião das circunstâncias, os encontros e a paquera com um deles, dada a dificuldade, configuraria uma fantasia erótica. A mesma é fruto, justamente, de um mito e um medo de se aproximar deles que, a presunção heterossexual, dada a heteronorma, inspiram simultaneamente: a erotização da

possibilidade ser bem-sucedida como o medo que existe ao imaginar as possíveis agressões¹⁷ que a investida malsucedida poderia acarretar.

Ainda acerca da possibilidade de agressão, há de se atinar para o fato de a masculinidade negra, de modo geral, “buscar sua efetivação no campo da afirmação violenta” (ROSA, 2006, p. 75). Dimensão esta que não deixa de ser fetichizada e reforçada ao se desenvolver atração erótica pela mesma.

Assim só pode representar alguma forma de prestígio ou de exaltação para aquele *gay* que consegue a “proeza” de “ficar” com um deles. O que de alguma forma atrai homens e mulheres com interesse sexual neste perfil de homem. Emerge daí que lembro que não foram poucas as vezes em que os sujeitos eram aplaudidos ou exaltados sempre que eram vistos na companhia de um deles, geralmente retornando de uma incursão à área externa¹⁸ ao Feirão para “ficar” com um deles.

Mesmo abordando a questão a partir de outro *lócus*, a produção fílmica de pornografia *gay* no Brasil, Pinho (2012) contribui com elementos importantes que dialogam aqui com a importância que ser “cafuçu” ganha no contexto homoerótico de lazer, flerte e sociabilidade noturna que se dá no “Feirão”. São elas: a posição ativa ou atividade (sexual) que, segundo os/as informantes abarcam tanto mulheres heterossexuais, quanto homens *gays*, já nas palavras dos sujeitos, cafuçus “não dispensam um buraco”. E a segunda, o pertencimento étnico-racial, que vem sendo elaborado desde o período escravista (ou escravocrata), como potencializador da disposição sexual¹⁹.

Como já apontava Perlongher (1987), a virilidade, muito associada ao desempenho sexual, era um produto valorizado no espaço por ele pesquisado, passando a se configurar como uma convenção de mercado não só naqueles estritos dos profissionais (do sexo), como também na noite²⁰ de modo geral. Segundo o que vimos e ouvimos dos

¹⁷ França (2013) nos reforça essa dimensão “perigosa” e real da agressão por “cafuços” ao reproduzir o trecho de uma conversa com um de seus interlocutores que afirma ter a cicatriz resultante da agressão sofrida por um “cafuçu”.

¹⁸ Compõe o campo de experiências e as narrativas dos sujeitos interlocutores desta investigação narradas por eles a mim esta espécie de exigência feita pelos cafuçus condicionando a “ficada” à ida a uma parte do Feirão mais “reservada” para não serem vistos. Alguns inclusive chegam a exigir que o rapaz [assumidamente *gay*] e ele saiam do Feirão e que a “ficada” ocorra em um dos lotes (vazios) vizinhos ao Feirão.

¹⁹ Imagens como a mulata ferosa e o negro viril são efeitos destas construções coloniais em torno dos estereótipos brasileiros.

²⁰ Noite aqui, acaba se tornando uma metonímia para todas as práticas e os imaginários de senso comum, ligados ao mercado do sexo, lazer e da paquera noturna.

sujeitos no trabalho de campo, podemos notar que é pertinente analisar que o mesmo se aplica ao “Feirão”, pois ali a virilidade também é valorada enquanto convenção.

Restando a pergunta que o autor não fez em sua análise: a virilidade, enquanto produto valorizado, existiria, no mercado sexual e no flerte decorrente da sociabilidade se não houvesse “clientes” para ela? Indago a este respeito justamente procurando tratar em uma aproximação introdutória a fim de averiguar se numa relação interessada (ou de interesse), que no nosso caso tem a ver com afeto e/ou desejo sexual, quem domina é o viril²¹ (produto) ou quem busca (cliente) a virilidade?

Tal virilidade pode ser performada e entendida no “Feirão” através da maneira de se vestir dos “cafuçus”, que podemos entender como pouco sofisticada e “largadona”. Ou seja, um estereótipo de que suas roupas são cafonas, reificando sua aparente despreocupação com combinação de cores e estampas das peças de roupa. Segundo nossa hipótese, este se torna um item avaliado pelos outros homens (*gays*) e chamam a atenção, por remeterem a uma ideia de senso comum a qual advoga para uma dificuldade “natural” dos homens em se produzirem de maneira elegante ou de terem cuidados consigo mesmos. Geralmente calçando chinelos e usando bonés e, atrelada a estas marcas que de certa maneira refletem ou parecem refletir as condições financeiras, podemos perceber que, dada a sobreposição de raça e classe na sociedade brasileira, seu pertencimento étnico-racial contribui para esta construção.

Assim, atua na construção dessa imagem erotizada destes homens aquele processo que também mistifica o corpo negro de maneira geral vivificando certo “mito do negro viril²²”, como nas situações de pesquisa e análise apontadas por autoras/es como (MESSEDER, 1999), e (PINHO, 2012). Deste último aprendemos que:

A introdução de diferenças raciais, ou de classe, no interior desse aparato representacional, como um sinal invertido da subordinação realmente existente, faz das inferioridades social e política marcas de um atrativo erótico quase irresistível, como se observa para contexto concreto da prática homossexual em diversos quadrantes da América Latina, onde a transgressão

²¹ Saliento uma relação entre viril/ virilidade como sendo produto e aquele que busca com cliente, justamente para salientar uma relação de mercado que consigo enxergar nesta situação. Dando a pista assim de que acredito haver um paralelo com as leis e convenções de mercado. Onde a virilidade é um bem/produto que só se perpetua assim, por conta de sua valorização e aprovação social.

²² Tendo como fundamento a análise do Professor Waldemir Rosa (2006), que revela que as bases do projeto de masculinidade negra (no Brasil), foram limitadas pela brutalidade da exploração do trabalho escravo e pelas torturas (físicas e psicológicas) sofridas por negros (e negras), podemos com estes elementos avançar na discussão de tal mito do negro viril sustentando que, este se reforça e renova na esperança de uma postura violenta.

do interdito homossexual, parece favorecida pela diferença de classe entre o homossexual de classe média e o jovem heterossexual negro (ou meramente pobre) da periferia ou favela (Rapisardi & Modarelli, 2001; Giraldo, Arias & Reyes, 2007). Ora, essa mesma diferença é erotizada à exaustão nos sites e filmes em questão. O que é eventualmente vivido, entretanto, como um traço das interações homoeróticas na sociedade de classes, marcada pela colonialidade do poder e pelo racismo, pode ser, no espaço do imaginário pornográfico, manipulado, teatralizado, hiperbolizado, fetichizado livremente ao sabor da navegação errática na web, tal como ele se regula por meio de uma interface de mercado. (PINHO, 2012, p. 164/165).

Apresenta-se então uma intersecção entre “hominidade²³” e “negritude” que hiperboliza tal virilidade de modo a “animaliza-la”, sobrepunhando, em muitos casos, a virilidade de homens brancos. Tal intersecção, que decorre desta virilidade, diz respeito à fetichização²⁴ dos corpos negros. E, ainda pode ser percebida, por exemplo, como trata Pinho (2012), nas produções dos filmes e vídeos eróticos. Apreendo então, a partir de uma apropriação do autor aqueles qualificados pelo mercado como “inter-raciais”, ou seja, um filme no qual temos um homem negro e outro branco fazendo sexo.

Nestes filmes²⁵, na maioria das vezes, a relação sexual ocorre com a penetração sendo realizada pelo negro, reproduzindo assim certo padrão: negro/ativo e branco/passivo. Esse tipo de produção, ao que tudo indica, reflete o imaginário e o desejo erótico nutrido por uma parcela da sociedade que enxerga em negros e negras a selvageria erotizada e a predisposição ao sexo. A mesma também atua na formulação de outras imagens preconceituosas e distorcidas que limitam a imagem e a representação dos/as mesmos/as à mulata do carnaval ou à “do negão comedor”, e suas variáveis como o “pedreiro machão”, etc.

Contudo, tal virilidade não implica necessariamente em poder e dominação, haja vista que tal virilidade ao “animalizar” estes homens, atribui a eles, lateralmente, a condição “menos humana” e em certa medida, como se estivessem mais preparados fisicamente para trabalhos braçais do que outros homens não-negros. São estes estereótipos que, apesar da aparente valoração, acabam por reforçar traços acionados para

²³ “Hominidade” trata de uma abordagem que diz respeito da condição “biológica” de homem, para uma melhor apreensão ver Rêgo (2015).

²⁴ “Fetichização” é um conceito utilizado para se referir ao processo de produção social de um repertório erótico com vistas a tornar ou acentuar o desejo sexual por certos corpos ou suas partes. Pinho (2012), por exemplo, analisou o processo de tornar desejável, que no Brasil, toma o corpo negro, completo ou suas partes decompostas, atrativos ao sexo.

²⁵ Para uma discussão crítica à articulação entre raça, sexualidade e gênero na produção pornográfica gay e do desejo sexual racializado ver Pinho (2012).

mantê-los subordinados na estrutura social. Configurando-se assim um aparente paradoxo que lhes assegura certo *status* devido à “masculinidade”, mantendo a subordinação por projetar certa virilidade animalésca. O que, na verdade, lhes limita à condição de fetiche sexual.

Ao fim temos que as vezes que apreendemos uma categoria pejorativa em campo a desqualificação, ao mesmo tempo age especulando negativamente em relação a estes “outros” dos interlocutores mas também age exaltando, colateralmente, uma característica do indivíduo (do eu/nós), haja vista nossa matriz de pensamento que se estabelece em pares antagônicos. Ou seja, ao imputar certa “promiscuidade” aos não-goianos, os mesmos estão simultaneamente se identificando e percebendo como não-promíscuos, dada sua auto-atribuição enquanto goianos. Tal mecanismo atuaria ao mesmo tempo estabelecendo certas distinções e, pelo seu caráter binário, ao mesmo tempo em que deprecia alguns, afirma concomitantemente os enunciadores.

Todas estas marcas sociais, desde o gênero e a sexualidade até o pertencimento étnico, são lidas e interpretadas socialmente e, como vimos algumas situações neste capítulo, implicam em poder e subordinação. De modo que, para tentar se desvencilhar do peso que algumas delas acabam representando, os sujeitos elaboram narrativas e justificativas. Neste *hall* podemos incluir a tentativa de dissimular algumas características, para causar “boa impressão” ou até mesmo por que as mesmas podem representar “risco”.

Neste intuito os sujeitos podem, por exemplo, agir a fim de “compartimentar” certas características, como se fossem “detalhes” ou imperfeições que podem ser corrigidas ou disfarçadas. Como acontece com o alisamento de cabelo, por meio do qual passam de cabelos crespos ou “cabelo de preto²⁶”, como dizem os sujeitos, para cabelo liso, ou melhor, “alisado”.

Dessa forma, notamos que são as articulações entre as marcas sociais da diferença que estabelecem os lugares possíveis para cada corporeidade. Aqui vale retomar que, paradoxalmente, aqueles mesmo nordestinos, ou “nortistas”, que são evitados por Marcos ou Gildo, quando o assunto é um relacionamento amoroso, voltam à cena e ocupam um

²⁶ Marcos algumas vezes se referiu ao próprio cabelo, dessa maneira, geralmente incomodado ou preocupado com o “retoque da raiz”, para que possa se sentir mais aliviado e menos “parecido” com algo de que não gosta. De maneira que em hipótese alguma eles esperam o prazo recomendado para o reforço da química, sempre um pouco adiantados para não correr o risco de perder aquela textura de cabelo.

lugar quando sua *performance* masculina inspira virilidade, visto que existem aqueles dentre eles que se enquadram na categoria de “cafuçu”.

Acontece que o constrangimento pela ridicularização ou pela formulação de piadas preconceituosas acaba não sendo a única forma pela qual se toma consciência das reações que a incompatibilidade daquele corpo destoando da expectativa social para determinados lugares. Existindo assim, como no chamou atenção Cirqueira (2010), outras experiências sociais pelas quais estes sujeitos passam que lhes “ensina” a norma de certos lugares, as quais o autor chama de topofóbicas. Em especial, no que tange os descompassos ocasionados pela não aceitação do gênero e/ou sexualidade e/ou raça, veremos no capítulo seguinte como os sujeitos os percebem bem como que artifícios usam para lidar ou escapar dos riscos de “ser o que é”.

Percebemos então que é num “lugar” bem específico e conseqüentemente numa posição subordinada ao desejo de outros/as que são inseridos estes sujeitos na rígida estrutura social. E é essa estrutura, que define os locais que estes e outros corpos podem ocupar, bem como os trânsitos que lhes é permitido fazer. Ao mesmo tempo em que, por oposição, garante livre escolha de lugares e trânsito irrestrito a outros corpos, a saber, aqueles ocupantes de posições mais privilegiadas na hierarquia social. É então, esta estrutura que determina, por conseguinte, como serão e quais serão, tanto na sua dimensão geográfica quanto na social, hierarquizados os lugares.

Tal regra é eficazmente apreendida e ensinada, como podemos ver por meio de alguns dos mecanismos ao longo deste capítulo. Pautados nela, os sujeitos que foram socialmente reconhecidos e empoderados a praticam e transmitem, nem que para tanto precise constranger aqueles corpos que não se enquadram nos padrões (de beleza, cor, idade, magreza) de certos lugares. A obediência e a eficácia corroboram para que a norma e a expectativa social se concretizem e perpetuem sob a forma da naturalização de certos “lugares” (sociais e geográficos) valorizados e desvalorizados. Desta forma, o “Feirão” enquanto um lugar sobre o qual se formulam hierarquia será tratado no próximo capítulo. Para tanto, lançaremos mão de distintas situações nas quais os sujeitos acionam-no.

Considerações momentâneas..

Por hora temos que é através desta análise que se reitera a afirmação feita em relação ao mito da igualdade estar ou não presente no “mundo *gay*”. Aqui, mais uma vez, reitero que não só “a diferença está no mundo *gay*” (FRANÇA, 2012), como também o preconceito, pois por mais que as experiências sejam diferenciadas e muitas vezes radicalmente opostas a elementos que figuram na norma social. Ainda assim, tais experiências não conseguem ser radicalmente dissidentes. E mais, conforme nos apontam Braz (2012) e Pinho (2006), as experiências eróticas e fetichizadas muitas das vezes incorrem em uma dimensão reafirmadora da norma, onde o desejo se restringe ao uso daquela diferença e não de estar/ser aquela diferença, como podemos perceber com o fetiche em torno dos “cafuçus”.

Temos ainda que atributos socialmente valorizados também o são no “lugar”. Assim, temos que, por exemplo, a virilidade e/ou masculinidade característica tão valorizada na sociedade também o é ali. É bem verdade também que ela ganha algumas especificidades inerentes à sociabilidade e aos limites que a atração ou prática sexual entre homens ou mulheres impõem para torna-la coerente com tal prática sexual, visto que a prática homoerótica é reprimida e não permitida²⁷.

Complementarmente, a feminilidade e seus estereótipos, assim como no âmbito genérico das relações sociais, também são desvalorizados e/ou subordinados no Feirão. De maneira que seus/suas *performers* são alvos de controle e vigia todo o tempo, principalmente os homens *gays*, visto que é preciso “controlar os exageros” (BRAZ, 2012).

Por fim, temos que estereótipos e imagens de senso comum sobre sujeitos, em especial “cafuçus” acabam não sendo exclusividade do Feirão. Porém, a maneira como estas marcas da diferença e outras são tratadas e compartilhadas revela especificidades das sociabilidades no/do Feirão que neste caso tem a ver com a localização (social e geográfica) do mesmo na cidade. E foi na intenção de produzir conhecimento a partir desta “experiência marginal” que esta investigação se desenvolveu, buscando assim fornecer alguns elementos a mais que possam ajudar futuros leitores a adentrarem no universo da discussão interseccional de marcadores sociais da diferença.

²⁷ Mesmo dentro do plano da masculinidade heterossexual, que se reivindica a única e verdadeira, vemos serem acionados discursos no intuito de conformar a prática à identidade heterossexual. Um exemplo é aquele tratado pela epidemiologia como HSH, homens que fazem sexo com homens.

Referências

BONETTI, Alinne e FLEISHER, Soraya. (Org). Entre saias justas e jogos de cintura. Florianópolis: Ed. Mulheres; Ilha de Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. “Vestido de Antropólogo: nudez e corpo em clubes de sexo para homens”. In: Revista Bagoas (03), Natal: UFRN, 2009.

_____. À meia-luz...: uma etnografia em clubes de sexo masculinos. Goiânia: Editora UFG, 2012.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPBELL, Colin. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARRARA, Sérgio. “Só os viris e discretos serão amados?”. In: Folha de São Paulo. 19 jun. Caderno Mais. São Paulo: 2005.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. Ano 10, 1º semestre, 2002.

DOUGLAS, Mary. Limites Externos. In: Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DOUGLAS, Mary e ISHERWOOD, Baron. Os usos dos bens; Exclusão, intrusão. O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 101-147.

FRANÇA, Isadora Lins. “Frango com frango é coisa de paulista”: erotismo, deslocamentos e homossexualidade entre Recife e São Paulo. Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana, n.14, ago. 2013, pp.13-39. Disponível em: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/5447/4926>.

_____. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. 1a. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

GEERTZ, Clifford. *Tras los hechos: dos países, cuatro décadas y un antropólogo*. Barcelona: Paidós, 1996.

GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada – uma análise dos elementos rituais da Interact social. In: *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis / RJ: Editora. 2011.

HAESBART, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n.17, 2007, p.19-46.

HAMMES, Bruno dos Santos. “Prefiro um filho morto do que um filho viado”: algumas implicações de quando a homofobia é familiar. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 14, n.27. final, jul./dez. 2013b, p. 178 – 199.

LE BRETON, David. O corpo acessório. In: *Adeus ao corpo*. Campinas / SP: Papirus, 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MACRAE, Edward. “Em defesa do gueto”. In: Green, James e Trindade, R. (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

MIRANDA, Rosângela de. *Goiânia – As Parcerias Público Privadas e as Zonas De Interesse Urbanístico/Áreas Especiais De Interesse Urbanístico*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) – UniEvangélica, Anápolis, 2011.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude. Usos e sentidos*. São Paulo. 2012.

NEIVA, Giórgia de Aquino. *Nas Redes dos alternativos – mercado, sexualidade e produção de diferenças na cidade de Goiânia/GO*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FCS, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia, ou a teoria vivida”. *PontoUrbe*, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cad. Pagu* [online]. 2005, n.25, pp. 217-248.

PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do Michê: Prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol.11, nº2, Jul/Dez, 2008, p.263-274.

PINHO, Osmundo. Race Fucker: Representações raciais na pornografia gay. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 38, Jun 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 mar. 2015.

_____. Relações raciais e sexualidade – Raça, cor e outros conceitos analíticos, in *RAÇA novas perspectivas antropológicas*, org: Osmundo Pinho e Lívio Sansone, 2º edição revista, Salvador, Ed. UFBA, 2008.

RATTS, Alex J. P. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. *CONGRESO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADE E (DES)IGUADADES 11*, 2011. Salvador. Anais Eletrônicos: Universidade Federal da Bahia. Centro de Estudos Afro-Orientais. 2011. <<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

REDUZINO, Rodrigo Antonio. *Existe Preto e Branco para além do Arco-Íris? Estudo de Interseccionalidade de raça e sexualidade: Um olhar interseccional da Rua da Lama – RJ* Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myriam Sepúlveda dos Santos. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, Monografia. (Graduação em Ciências Sociais). 2012.

REGO, Francisco Cleiton Vieira da Silva. O embuste do conteúdo e a rebelião da forma: notas sobre homidade e cultura. In: *V Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades*, 2015, Santiago de Chile. *Patriarcado en el Siglo XXI: Cambios y Resistencias*. Santiago de Chile: FACSOS, 2015.

ROSA, Waldemir. *Homem preto do gueto*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: Vance, Carole (compiladora). *Placer y peligro. Explorando la sexualidade feminina*. Madrid: Talasa Ediciones, 2003.

SARMENTO, João. *Geografias do corpo: ensaios de geografia cultural*. Porto. Figueirinhas, 2009, p. 11 – 36.

SIMMEL, Georg. *Simmel: Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOUSA, Alemar Moreira. O espaço que ousa dizer seu nome: Territórios GLBTS de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.